

## **PICUM TRIMESTRAL JANEIRO - MARÇO 2017**

### **FRONTEIRAS**

### **NAÇÕES UNIDAS**

### **DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA**

### **DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS**

### **CUIDADOS DE SAÚDE**

### **EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS**

### **MULHERES INDOCUMENTADAS**

### **CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS**

### **DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO**

## **FRONTEIRAS**

### **EUROPA / Novos ‘especialistas em retorno’ dão na deportação dos migrantes**

A Agência Europeia de Fronteiras e de Guarda Costeira, FRONTEX, estabeleceu um grupo de especialistas que irão apoiar na deportação de migrantes em toda a UE. O grupo consistirá em 690 monitores, acompanhantes de escolta e especialistas em retorno. De acordo com a organização Statewatch, em 2016 e 2017, €66,5 milhões foram alocados às atividades da Frontex relativas às ações de retorno, acima dos €9,5 milhões de 2015.

Fontes: [Frontex News](#) 10 de janeiro de 2017; [Statewatch](#), 27 de janeiro de 2017

### **HUNGRIA / Migrantes serão detidos em campos de contentores**

O parlamento húngaro aprovou, a 7 de março de 2017, um projeto de lei que permite a detenção de migrantes irregulares em contentores convertidos. De acordo com um porta-voz do governo, as pessoas nos campos de contentores só poderão sair dos campos se receberem permissão ou se voluntariarem para deixar o país e serem levadas para a Sérvia. Mais de 320 contentores foram colocados em duas zonas de trânsito entre a Hungria e a Sérvia. O Ministério do Interior disse que apenas crianças menores de 14 anos desacompanhadas não seriam detidas, mas colocadas em instituições de cuidados infantis no país. Os relatos de violência contra os migrantes nas fronteiras do país persistem. Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) [relataram](#) que, entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2017, trataram mais de 100 pacientes com lesões resultantes da violência por patrulhas fronteiriças húngaras. As lesões incluem ferimentos corporais, mordidas de cães, irritações por gás lacrimogéneo ou gás pimenta e entre outras lesões.

Fontes: [EU Observer](#), 7 de março de 2017; [EU Observer](#) 15 de março de 2017

### **MEDITERRÂNEO / Milhares de migrantes resgatados, mais de 520 morrem. Missões de salvamento enfrentam alegações de conspiração com os traficantes**

De acordo com o Projeto dos Migrantes Desaparecidos da Organização Internacional para as Migrações (OIM), 525 pessoas morreram no mar, entre 1 de janeiro de 2017 e 19 de março de 2017, e 20.484 migrantes e refugiados entraram na Europa, por mar, no mesmo período. No espaço de poucos dias de março, 6000 pessoas foram resgatadas na rota do Mediterrâneo central, da Líbia para a Itália. Durante uma das operações de resgate,

uma menina nasceu a bordo de um navio. Até 21 de fevereiro, o Crescente Vermelho da Líbia formou que deram à costa na cidade líbia de Zawiya, no mar Mediterrâneo, 74 corpos. Entretanto, Carmelo Zuccaro, procurador-chefe da cidade siciliana de Catania, formou um grupo de trabalho para investigar se as organizações não-governamentais que resgatam migrantes e refugiados são financiadas pelos traficantes. Sea-Watch, SOS Mediterranean, MSF e as outras ONG que operam no Mediterrâneo negaram as acusações. Fontes: [Reuters](#), 28 de março de 2017; [Al Jazeera](#) 21 de março de 2017; Organização Internacional para a Migração, [Declaração de Imprensa](#) 21 de março de 2017; [La Vanguardia](#), 27 de março de 2017

## NAÇÕES UNIDAS

### ONU / Comité da ONU destaca o direito à saúde de todos os migrantes segundo o direito internacional

O Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas emitiu uma declaração a 13 de março de 2017 sobre "Deveres dos Estados em relação aos refugiados e aos migrantes no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais" (PIDESC) (Duties of States towards refugees and migrants under the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights" (ICESCR)). De acordo com o Comité, o facto de os indivíduos indocumentados serem sistematicamente impedidos de aceder aos cuidados de saúde, emprego, educação para seus filhos e habitação social "não pode ser tolerado". O Comité insta a "barreiras rígidas" entre o pessoal de saúde e os agentes da lei, de modo a que as pessoas não precisem temer ser denunciadas quando procuram assistência médica. Reconhece igualmente a contribuição dos trabalhadores migrantes para os sistemas de segurança social e sublinha a necessidade de assegurar a sua proteção contra os abusos e de poderem apresentar queixas sem receio de deportação. A declaração está disponível [aqui](#).

## DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

### COMISSÃO EUROPEIA / Novas medidas de política de retorno criticadas por levarem a mais danos e sofrimento

A Comissão Europeia apresentou um "Plano de Ação renovado da UE para o Retorno" e uma Recomendação para os Estados-membros da UE com vista a aumentar a taxa de deportações. As medidas apelam aos Estados-membros que emitam sistematicamente decisões para o retorno e a deter migrantes que tenham recebido a decisão de retorno e "mostrem sinais" de que não pretendam cumprir a decisão e cooperar no processo. As medidas permitem também a detenção de crianças e sugere restrições aos direitos de recurso e outras salvaguardas procedimentais. Um grupo de mais de 90 organizações da sociedade civil dirigiu-se à Comissão Europeia numa [declaração conjunta](#) expressando preocupação com a detenção prolongada, lembrando os valores da UE e sublinhando a falta de provas de que a detenção e deportação dissuadam a migração irregular. Um grupo de organizações para os direitos das crianças destacou, num [comunicado conjunto](#), como as medidas colocam as vidas das crianças em risco e seriam uma violação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) considerou a recomendação da UE sobre os procedimentos de retorno uma "[vertente escorregadia](#)" para resolver os desafios europeus em matéria de migração e declarou que deveriam ser desenvolvidas e implementadas alternativas à detenção, como registo e os requerimentos de denúncia.

Fonte: Comissão Europeia, [Comunicado de Imprensa](#), 2 de março de 2017

### UE – LÍBIA / Cooperação proposta para impedir movimentos migratórios através da Líbia

Os líderes da UE adotaram uma [declaração](#) numa reunião informal em Malta, a 3 de fevereiro de 2017, que propõe a cooperação com a Líbia para limitar o movimento migratório da Líbia para a Europa. A «Declaração de Malta» prevê, nomeadamente, a formação, o equipamento e o apoio à guarda costeira nacional da Líbia e a outros organismos pertinentes, bem como a garantia de capacidades e condições de acolhimento adequadas na Líbia para os migrantes. Numa carta conjunta dirigida a todos os Chefes de Estado da União Europeia, um grupo de mais de 70 organizações realçou que os planos agravarão o aprisionamento e detenção de migrantes na Líbia e aumentarão a exposição a graves abusos dos direitos humanos; que o foco na luta contra os contrabandistas não irá impedir a migração, nem fornecer soluções para o sofrimento humano; e que o acordo UE-Turquia não

pode ser considerado um exemplo de boas práticas. A carta está disponível [aqui](#) em inglês, alemão, grego, francês, italiano, espanhol, neerlandês e polaco. Antes da reunião dos Chefes de Estado e de Governo da UE em Malta, a 3 de fevereiro de 2017, a Comissão Europeia publicou uma declaração conjunta intitulada "Migração na via do Mediterrâneo Central: gerindo os fluxos, salvando vidas" (Migration on the Central Mediterranean route: Managing flows, saving lives). As ações propostas incluem a redução do número de travessias e o salvamento de vidas no mar; intensificar a luta contra contrabandistas e traficantes; aumentar o realojamento e promover o regresso voluntário assistido, bem como gerir os fluxos migratórios a través da fronteira sul da Líbia e reforçar a cooperação com o Egito, a Tunísia e a Argélia. Para ler a declaração, clique [aqui](#).

Fontes: [Conselho da União Europeia](#), 3 de fevereiro de 2017; [Notícias da Comissão Europeia](#), 25 de janeiro de 2017

## DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

### EUROPA / Cidadãos acusados por ajudarem migrantes indocumentados

Vários casos de cidadãos que enfrentaram processos criminais por ajudar migrantes irregulares foram relatados pelos meios de comunicação. Pierre Mannoni, um professor francês de geografia, de 45 anos, foi preso numa portagem na autoestrada enquanto conduzia três meninas Eritreias feridas para Nice, para receberem cuidados médicos. Pierre foi absolvido no tribunal, em janeiro de 2017, mas a Procuradoria apelou e pediu uma pena de prisão de seis meses. Num desenvolvimento separado, Houssam El Assimi foi preso durante uma ação policial num campo de Paris, em setembro de 2016. De acordo com relatos, o Sr. El Assimitinha ajudado migrantes e traduzido entre francês e árabe. Foi preso por "violência contra pessoas que detêm autoridade pública", quando protestou contra a força policial durante uma rusga num campo de Paris. O seu julgamento foi adiado até maio de 2017. Um soldado britânico aposentado que tentou trazer uma menina afegã de quatro anos para que se reunisse com a sua família no Reino Unido a partir do acampamento em Calais, França (ver [Boletim PICUM](#), 2 de março de 2016), e escapou por pouco da prisão, afirmou que, posteriormente, recebeu correio de ódio incluindo uma mensagem a dizer que ele deveria ser enforcado por contrabando.

Fontes: [The Guardian](#), 7 de janeiro de 2017; [Al Jazeera](#), 25 de janeiro de 2017

### GRÉCIA / Aumento de casos de ferimentos autoinfligidos, tentativas de suicídio de crianças e deterioração na saúde de migrantes

Um refugiado sírio autoimolou-se na ilha grega de Chios, em março de 2017, sofrendo queimaduras em 85% do seu corpo. Uns dias antes do incidente, um homem na posse de documentos de pedido de asilo e que se presume ser um refugiado, foi encontrado enforcado no porto de Piraeus. Uma série de greves de fome de migrantes por toda a Grécia também foi observada em fevereiro de 2017 para protestar as más condições devida. A última greve começou no Campo Elliniko, um complexo desportivo abandonado que aloja 1000 pessoas. Crianças migrantes, inclusive de 9 anos apenas, tentaram o suicídio na Grécia. Foi relatado que um rapaz de 12 anos filmou a sua tentativa de suicídio após testemunhar outros a tentarem suicidar-se. A organização *Save the Children* declarou que as condições de vida têm levado a que um número crescente de crianças migrantes e refugiadas causem ferimentos a si próprias e a um aumento do abuso de drogas entre crianças. Migrantes e refugiados têm, muitas vezes, falta de acesso a água quente e saneamento, suportam temperaturas gélidas em tendas designadas para condições de verão, e permanecem em instalações extremamente sobrelotadas. Publicado pelos Médecins Sans Frontières (MSF), a 14 de março de 2017, o relatório ['Um Ano Após o Acordo UE-Turquia: Desafiando os Factos Alternativos da UE'](#), constatou que a saúde física e mental dos migrantes e refugiados que permanecem na Grécia se tem deteriorado significativamente desde o acordo EU-Turquia de março de 2016. Psicólogos dos MSF realizaram 760 consultas de saúde mental e observaram uma deterioração na saúde mental imediatamente após a implementação do acordo EU-Turquia. Eles testemunharam um aumento significativo do número de pacientes com sintomas de ansiedade e depressão e pacientes com desordem de stress pós-traumático ao longo do ano após o acordo.

Fontes: [Al Jazeera](#), 30 de março de 2017; [Al Jazeera](#), 28 de março de 2017; [EU Observer](#), 6 de março de 2017; [Reuters](#), 16 de março de 2017

### SUÍÇA / 'Operação Papiro' ajuda a regularizar milhares de migrantes indocumentados em Genebra

A nova iniciativa de regularização ‘Operação Papiro’ na Suíça visa regularizar milhares de migrantes indocumentados no cantão de Genebra. A iniciativa visa também abordar o trabalho informal e recolher informação sobre empregadores que contratam trabalhadores irregulares. Vários grupos de direitos de migrantes, incluindo um sindicato, trabalharam durante seis anos no desenvolvimento deste projeto. A regularização é possível para migrantes irregulares que vivem em Genebra e sejam considerados como ‘integrados’, de acordo com os seguintes critérios: famílias com crianças em idade escolar que já vivem há cinco anos na Suíça, outros requerentes 10 anos; requerentes que sejam financeiramente independentes; provar uma ‘integração bem-sucedida’ ao ter um certo nível de francês ou que tenham crianças matriculadas em escolas suíças; e que não tenham registo criminal. Pedidos de regularização serão avaliados individualmente.

Fontes: [Tribune de Genève](#), 21 de fevereiro de 2017; [Le Temps](#), 21 de fevereiro de 2017; [Collectif de soutien aux sans-papiers](#) de março de 2017

### **EUA / A nova administração Trump tem como alvo migrantes indocumentados**

Após a sua inauguração como 45º Presidente dos Estados Unidos a 20 de janeiro de 2017, Donald Trump tem dado início a ações focadas nos migrantes indocumentados. Trump assinou uma ordem executiva para iniciar a construção de um muro na fronteira EUA-México, solicitou uma força expandida para limitar migrantes indocumentados no país e reavivou programas que permitem ao governo trabalhar com agências de segurança locais e estatais para prender e deter migrantes irregulares com registos criminais. Com uma outra ordem executiva Donald Trump suspendeu, a 27 de janeiro de 2017, a entrada a todos os refugiados nos Estados Unidos por 120 dias, bloqueou indefinidamente refugiados sírios de entrarem nos Estados Unidos, e temporariamente suspendeu a migração de vários países predominantemente muçulmanos nomeadamente Irão, Iraque, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iémen, incluindo pessoas com vistos e autorizações válidos, em trânsito e alguns com dupla nacionalidade. Outra ordem executiva prevê que sejam retirados subsídios federais às cidades santuário, cidades que adotaram políticas de proteção de migrantes indocumentados face à aplicação local de leis federais de imigração. Vários autarcas de cidades por todo os EUA declaram que as suas cidades irão continuar a ser espaços seguros e resistirão aos esforços federais de localizar e deportar pessoas. Mais de 60 chefes de polícia também tomaram uma posição pública contra as leis de imigração do Presidente Trump. Agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles declaram que a aplicação das leis de imigração irá criar dificuldades entre a polícia e os cidadãos migrantes e provocará medo.

Fontes: [The New York Times](#), 25 de janeiro de 2017; [The Guardian](#), 25 de janeiro de 2017; [New York Times](#), 27 de janeiro de 2017; [New York Times](#) 29 de janeiro de 2017; [Los Angeles Times](#), 30 de janeiro de 2017

## **CUIDADOS DE SAÚDE**

### **BÉLGICA / RELATÓRIO / Efeitos nocivos das medidas de migração na saúde dos migrantes em trânsito**

*Médecins du Monde* Bélgica (MDM) publicou a 23 de fevereiro de 2017 um relatório ‘Emergências invisíveis? Como direitos legais à Saúde e a prática divergem para migrantes em trânsito na Bélgica’. O relatório descreve as dificuldades experienciadas pelos migrantes na Bélgica e o impacto na sua saúde. O relatório documenta a pesquisa recolhida pelas clínicas dos *Médecins du Monde* no tratamento de indivíduos nas principais estações de comboios em Bruxelas e as consultas médicas com migrantes. Apesar do direito dos migrantes indocumentados aos cuidados de saúde, de acordo com a lei belga, existem muitas barreiras no acesso aos cuidados de saúde. O relatório faz várias recomendações, incluindo a criação de canais seguros e regulares para migrantes, acesso equitativo aos cuidados de saúde primários, eliminação da prática de exames médicos puramente para fins de controlo migratório, o fim da criminalização da solidariedade, e a simplificação de procedimentos para obter assistência médica. O relatório está disponível [aqui](#).

### **REINO UNIDO / O Ministério da Administração Interna solicita cada vez mais registos confidenciais de pacientes para aplicação da lei de imigração**

O Ministério da Administração Interna britânico tem solicitado ao Serviço Nacional de Saúde a partilha de dados de pacientes – incluindo últimas moradas conhecidas – para fins de execução migratória. Detalhes de mais de 8100 pessoas foram transmitidos para a execução migratória do Ministério da Administração Interna no ano passado. De acordo com relatos, os pedidos envolviam pessoas com as quais as autoridades de migração não

tinham tido nenhum contacto ou que tinham permanecido no Reino Unido apesar da expiração do seu visto. Várias organizações de saúde e de direitos humanos têm criticado a partilha de dados pessoais e exigem a suspensão desta prática.

Fontes: [The Guardian](#), 24 de janeiro de 2017; [The Guardian](#), 1 de fevereiro de 2017; Migrants Rights Network and Docs not Cops, Comunicado de Imprensa: [Preocupações no SNS na cobrança de recomendações sistémicas](#)

## TRABALHO E CONDIÇÕES LABORAIS JUSTAS

### GLOBAL / Princípios gerais e diretrizes operacionais da OIT para um recrutamento justo

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) emitiu princípios gerais e diretrizes operacionais não-vinculativos para o recrutamento justo, incluindo para trabalhadores migrantes. Os princípios delineiam que a legislação e as políticas de emprego e recrutamento devam ser aplicadas a todos os trabalhadores e a todos os aspetos do processo de recrutamento; e que os contratos escritos devam ser compreensíveis pelo trabalhador. A liberdade de movimento dos trabalhadores dentro de um país, ou de saída de um país, deve ser respeitada. Os documentos de identidade e os contratos de um trabalhador não devem ser confiscados, destruídos ou retidos. Os trabalhadores migrantes não necessitam da permissão dos seus empregadores ou recrutadores para mudar de empregador. Os governos devem também tomar medidas para garantir os direitos dos trabalhadores além-fronteiras, após o regresso do trabalhador ao seu país de origem. As diretrizes abordam ainda a gestão da migração laboral; correspondência entre o recrutamento com as necessidades do mercado laboral e políticas de migração laboral; e a garantia dos standards e da supervisão no recrutamento através de acordos bilaterais/multilaterais sobre migração laboral, bem como a sua implementação. As diretrizes estão disponíveis [aqui](#).

### FOLHETO / Orientações para o desenvolvimento de um mecanismo eficaz de reclamações para trabalhadores migrantes

A PICUM publicou orientações para o desenvolvimento de um mecanismo eficaz de reclamações em casos de exploração ou abuso laboral. As orientações explicam quais são os componentes necessários para um mecanismo de reclamações ser eficaz na prevenção e resposta à exploração laboral de trabalhadores migrantes. Dados pessoais acerca do trabalhador não podem ser partilhados entre as autoridades laborais e autoridades migratórias. Esta 'firewall' deve também ser aplicada nas inspeções laborais e nos tribunais de trabalho de modo a garantir que os trabalhadores possam apresentar reclamações sem temer a deportação. Outros elementos-chave incluem a provisão de representação legal e a autorização de residência – pelo menos durante o período dos procedimentos com a possibilidade de extensão – de modo a permitir ao trabalhador participar nos procedimentos. As orientações estão disponíveis em [inglês](#), [holandês](#), [alemão](#) e [checo](#).

## MULHERES INDOCUMENTADAS

### ALEMANHA / TESTEMUNHOS / As mulheres emigrantes partilham as suas histórias em orações

A organização Maisha, que trabalha para os direitos das mulheres migrantes, publicou em março de 2017 uma coleção de orações de mulheres de países africanos. As orações contam experiências de violência e as razões pelas quais as mulheres embarcaram na sua viagem para vir para a Europa, e falam sobre os perigos e as dificuldades que elas enfrentaram durante a viagem e situações de dificuldades no país de destino. Muitas mulheres partilham histórias de estupro, circuncisão, histórias de tentar prover para os seus filhos emantê-los seguros, e histórias de desespero, incluindo o medo de ser deportado de volta para ambientes inseguros. A coleção de orações está disponível em [inglês](#) e [alemão](#).

### GLOBAL / Rede internacional de mulheres apela aos direitos humanos das mulheres imigrantes

A 8 de março de 2017, o Dia Internacional da Mulher, a Rede de Mulheres em Migração (WIMN) divulgou uma declaração, 'Para mobilização e resistência para reivindicar os Direitos Humanos das mulheres na migração'. Num clima de aumento das detenções, deportações e aumento do racismo e xenofobia, a WIMN ressalta os direitos humanos de todos os migrantes e refugiados, independentemente da cidadania ou estatuto de

migração. A declaração também destaca exemplos de solidariedade e resistência em todo o mundo, incluindo numerosas marchas de mulheres. A declaração está disponível [aqui](#).

## CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

### **UE / Recomendações aos líderes e nacionais da UE para acabar com o desaparecimento e exploração de crianças na migração**

45 organizações dos direitos da criança emitiram [recomendações](#) para tratar da situação das crianças migrantes desaparecidas. As recomendações incluem a melhoria das condições e procedimentos de acolhimento e a garantia de acesso a guardiões (tutores) formados, informação e o direito de ser ouvido, canais regulares e soluções duradouras, entre outros. Baseiam-se na investigação, experiência e recomendações apresentadas pelas partes interessadas na conferência "[Perdidos na migração](#)", realizada em janeiro. As organizações ainda podem endossar as recomendações [aqui](#).

### **GLOBAL / Seis milhões de crianças apátridas, riscos específicos de apátrida para crianças de migrantes sem documentos**

A cada 10 minutos nasce uma criança sem nacionalidade em algum lugar do mundo. O relatório "The World's Stateless" ("Os Apátridas do Mundo") e o seu site associado ([www.worldsstateless.org](http://www.worldsstateless.org)) do Instituto sobre Apátridia e Inclusão afirmam que há mais de seis milhões de crianças apátridas no mundo inteiro, um problema na maioria dos países e em todas as regiões. O relatório apela à ação imediata para lidar com a apátridia infantil através da mobilização, advocacia, litígios e outros meios. Negadas de uma nacionalidade, as crianças apátridas muitas vezes perdem cuidados de saúde, educação e outros direitos básicos. O relatório inclui um capítulo que destaca os riscos específicos de apátridia que os filhos de migrantes indocumentados enfrentam na Europa. Leia o relatório [aqui](#).

### **SUÉCIA / 'Síndrome de resignação' - crianças migrantes e refugiadas mostram sintomas de perda da vontade de viver**

Cada vez mais relatórios surgem na Suécia de crianças migrantes e refugiadas que caem num estado de apatia como consequência das dificuldades que têm enfrentado. Referido em sueco como "de apatiska" ou "uppgivenhetsyndrom", que significa "síndrome de resignação", não há nenhuma doença física ou neurológica subjacente, mas as crianças afetadas mostram sinais de ter perdido a vontade de viver. A doença tem sido reconhecida desde o início dos anos 2000. Numa carta aberta ao ministro de imigração sueco, um grupo de 42 psiquiatras afirmou que as novas restrições aos requerentes de asilo e o tempo que levou a Comissão de migração a processar as suas candidaturas estavam a causar a doença. Em alguns casos, as crianças ficaram no limbo por anos ou temiam ser separados dos familiares ou deportados com suas famílias. O Conselho de migração começou a permitir que crianças apáticas e suas famílias permaneçam na Suécia.

Fontes: [The New Yorker](#), março 2017; [The Independent](#), 2 Abril 2017

## DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

### **ALEMANHA / Governo pretende aumentar as deportações, e a oposição dos estados federais**

A chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente tunisino, Beji Caid Essebsi, assinaram um acordo em março de 2017, segundo o qual os requerentes de asilo tunisinos seriam deportados para a Tunísia por meio de procedimentos mais rápidos. Em contrapartida, a Alemanha concederá 250 milhões de euros para a formação profissional e o apoio às pequenas empresas na Tunísia. Angela Merkel apelou, entretanto, aos governadores dos estados federais alemães por um maior esforço de deportação de migrantes irregulares, que foi confrontado com oposição e objeções dos líderes de alguns estados federais como a Turíngia e o Social Schleswig-Holstein. Estes estados federais opuseram-se especialmente às deportações planeadas para o Afeganistão. A 10 de março de 2017, a Assembleia Federal Alemã (Bundesrat) rejeitou a lei do governo para declarar Marrocos, Argélia e Tunísia "países de origem seguros". A organização *Pro Asyl* afirmou que as deportações para esses países são, no entanto, possíveis e irão continuar.

Fontes: [Pro Asyl News](#), 10 março 2017; [Der Spiegel](#), 9 março 2017; [Agence France Presse](#), 14 fevereiro 2017

### **MALTA / Detenção de migrantes do Mali em violação da lei**

Numa carta aberta ao primeiro-ministro maltês, Joseph Muscat, e ao ministro do Interior, Carmelo Abela, várias ONG pediram ao governo que libertasse imediatamente nove homens da prisão. Os migrantes faziam parte de um grupo de 33 cidadãos do Mali que foram confiscados e detidos em novembro de 2016, como parte de um programa conjunto da UE que concedeu ajuda da UE ao Mali em troca do compromisso do país da África Ocidental de aceitar requerentes de asilo rejeitados. As ONG argumentam que a detenção prolongada dos homens viola o direito nacional e comunitário e a sua dignidade humana. O governo maltês ainda aguarda documentação das autoridades malianas para os nove migrantes. Em janeiro, Abela indicou que o governo pode estar aberto para libertar os migrantes de detenção se os seus documentos demorarem muito a chegar.

Fonte: [Malta Today](#), 12 fevereiro 2017